

PLÁGIO NA PUBLICAÇÃO CIENTÍFICA-VIOLAÇÃO SÉRIA OU DESONESTIDADE TOLERÁVEL? // PLAGIARISM ON SCIENTIFIC LITERATURE - BREACHES OF RULES OR ACCEPTABLE DISHONESTY?

HELENA SANTOS¹

Palavras-chave:

- Fraude;
- Má Conduta Científica;
- Plágio;
- Publicação Científica

Keywords:

- *Fraud*;
- *Plagiarism*;
- *Publishing*;
- *Scientific Misconduct*

Data de submissão - 28 de abril, 2015

Data de aceitação - 29 de maio, 2015

¹ Assistente Hospitalar Graduada de Anestesiologia
Serviço de Anestesiologia do CHLN, Lisboa, Portugal
Assistente Livre da Cadeira de Anestesiologia da Faculdade de Medicina de Lisboa
Coautora do Regulamento do Gabinete da Integridade e Rigor na Investigação e Publicação Científica do Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra (CHUC, EPE)

INTRODUÇÃO

Nestas duas últimas décadas de publicações de literatura científica tem-se vindo a assistir a um número cada vez maior de retratações por parte de alguns autores, cujos artigos colocam em causa e de um modo dramático, a veracidade e a credibilidade dessa mesma literatura.¹

De todas as retratações que ocorreram nos últimos anos, se-que-m-se as que melhor exemplificam a anterior afirmação:

- Scott Reuben, acusado de fraude em 2009 por falsificação de resultados no decurso da utilização de analgésicos no controle da dor pós-operatória com 11 artigos retratados na revista *Anesthesia & Analgesia* e pelo menos 21 artigos publicados e consecutivamente retratados durante um período de 15 anos.²

- Em 2010, Joachim Boldt, perito em cuidados intensivos acusado de fraude pela International Anesthesia Research Society após ter sido anunciada a retratação do seu artigo "*Cardiopulmonary bypass priming using a high dose of a balanced hydroxyethyl starch versus an albumin-based priming strategy*"; em 2011 torna-se o recordista, com 89 retratações.²

- No ano seguinte, Yoshiataka Fujii especialista no tema de náuseas e vômitos pós-operatórios, comete a maior fraude na história da literatura anestésica com a fabricação e publicação de resultados em pelo menos 172 artigos, tendo recorrido a ensaios clínicos randomizados com um largo número de casos em 126 destes artigos, para obter uma melhor aceitação por parte das revistas.²

No processo de retratação enquanto resposta à fraude, é de lamentar que a respetiva visibilidade por parte do domínio público, apenas exista quando movida por escândalos como estes.

No entanto, a retratação enquanto denúncia de um compor-

tamento reprovável conduziu à evidência de se dimensionar o problema da fraude na literatura científica, não só quanto à sua definição e respetiva prevalência, como também, quanto aos vários tipos de fraude e possíveis motivações. Por outro lado e a partir dessa categorização, permitiu julgar e aplicar, eventualmente, uma punição.

Porém, a caracterização da prevalência do fenómeno está fortemente dependente da dificuldade em encontrar definições consensuais potenciando assim, a dificuldade na identificação dos respetivos casos de fraude. A diversidade das definições depende, por sua vez, do país que as produz, diferindo entre si e com a possibilidade de múltiplas interpretações. O Reino Unido através do "Committee on Public Ethics" (COPE), descreve fraude como sendo a "*intention to cause others to regard as true that which is not true*" enquanto nos EUA, a instituição reguladora da integridade para a investigação, o "Office of Research Integrity" (ORI), "*defines research misconduct using the FFP model, i.e. the serious aspects of misconduct. These include fabrication, falsification, or plagiarism in proposing, performing, or reviewing research, or in reporting research results*"³.

Apesar desta ambiguidade de conceito, alguns estudos relatam um aumento deste fenómeno, sugerindo que a frequência real da fraude, mesmo quando detetada, é subestimada.^{4,5}

Prevalência da fraude

Fanga FC e colaboradores,¹ numa revisão de 2047 artigos em 2012, descrevem os seguintes resultados:

- Assinalam um aumento progressivo de retratações, sendo a fraude, a causa mais frequente em 43,4%, contrastando com 21,3% de retratações por erro, o qual em anteriores revisões aparece como a causa mais comum; as retratações por duplicação de publicação ou por plágio ocorrem em 14,2% e 9,8% respetivamente.¹

- Registam um aumento evidente de fraude e erro na década de 90 e um aumento dramático atribuível a fraude na última década; já o plágio ou duplicação de publicações são fenómenos recentes e observados desde 2003 com um aumento superior a 100% em relação à década anterior.¹

- Ilustram igualmente os diferentes comportamentos como tendo diferentes origens geográficas: 75% das retratações por fraude ou suspeita de fraude são assumidas por países como os EUA, a Alemanha, o Japão e a China; Índia e China juntas, contam com o maior número de plágios e duplicação de artigos, sugerindo os autores que esta dife-

rença de comportamentos por regiões possa ter origem na maior ou menor tradição em investigação do país em causa e que este facto possa estar associado, eventualmente, a um determinado tipo de incentivos.¹

Fanelli D realiza uma das maiores revisões sistemáticas (3207 artigos escortinados) na qual recorre a questionários onde as palavras falsificação e fabricação (mas não plágio) faziam parte das questões e afirma “que do total dos cientistas inquiridos, 2% admitem terem fabricado, falsificado ou modificado dados ou resultados pelo menos uma vez, e 14% admitem falsificação de dados cometida por outros colegas”.¹

Publicação científica, um sistema contaminado!

A fraude não faz parte da construção do conhecimento científico, que implica uma sequência de eventos que assentam inequivocamente em princípios de honestidade, integridade, criatividade e originalidade.

Se a construção do conhecimento científico depende da investigação, que tem como propósito fundamental e final o conhecimento da verdade, ou seja, reconhecer o que é útil para os doentes, encontra na publicação científica a referência incontornável para a propagação e disseminação desse conhecimento médico, o que permite apurar os resultados mais significativos para a saúde e segurança das populações.⁶ A ligação final entre esses resultados, os doentes e a sociedade é, no fim, realizada pelos clínicos.

No entanto, e apesar dos investigadores produzirem esse conhecimento guiados por metodologia universalmente aceite e por princípios de ética na publicação, existem fatores a nível individual e institucional que motivam determinados comportamentos reprováveis neste contexto e identificados como fraude. Mais grave que esses fatores é a possibilidade da fraude “ser um comportamento deliberado, onde os artigos retratados representam um esforço calculado para enganar”,⁷ falhando o sistema porque assenta na confiança, nos autores, nos resultados...

As causas ou motivações deste tipo de comportamento desonesto nem sempre são óbvias. No entanto reconhecem-se como causas mais prováveis:

- As ambições pessoais, tais como a necessidade de produção científica para garantir ascensão na carreira ou mesmo na sua preservação, a vaidade e os fins lucrativos;
- A pressão que a comunidade científica coloca para que se produza investigação;
- A multiplicação de artigos científicos que dificulta o trabalho dos revisores em garantir que, aqueles que são aceites para publicação, possam refletir evidência científica e representem um avanço na ciência;
- E finalmente a sugestão de que os benefícios de publicação nas revistas de elevado fator de impacto são incentivos poderosos para a fraude, o que aliás é consistente com a grande proporção de fraude que ocorre nessas revistas.⁸

Particularmente no plágio, este é encorajado pelas tentações de cumprimento de prazos associadas às dificuldades de produção e estimulado pelo facto de ainda existir alguma impunidade.

Níveis do processo onde a fraude pode ser cometida

A fraude pode ser cometida durante o processo de investigação, e nesse caso fala-se de fabricação de dados, se se tratar de “construir os dados ou os resultados e reportá-los” ou de falsificação de dados, que significa “manipular material de investigação, equipamento ou a metodologia; modificar ou omitir dados de tal modo que o investigador não se represente fielmente nos registos da investigação”.⁹

De igual modo a fraude pode ser cometida no processo de publicação, assumindo várias formas, que vão desde o plágio “que determina a apropriação de ideias de outros, métodos, resultados ou palavras sem dar ao autor o crédito apropriado” até à publicação duplicada, abusos de autoria, conflitos de interesse não declarados, má conduta na revisão e abuso de posição.⁹

“A relativização de cada tipo de fraude num espectro de gravidade de má conduta em investigação” não é uma decisão fácil.⁴ E se para a falsificação e fabricação de resultados se reconhece uma irrefutável reprovação ética no campo da investigação, assim como um impacto negativo sobre os níveis de evidência a partir dos quais se orienta a prática clínica, já para o plágio, apesar de ser reconhecido moralmente como um comportamento errado, ainda gera alguma controvérsia.

Definição de plágio

E essa controvérsia pode resumir-se numa simples questão: deverá o plágio, no âmbito da publicação científica, ser tratado como uma violação séria de comportamento ou apenas como uma desonestidade tolerável?

Existe plágio desde a fundação da ciência da comunicação o que o torna, portanto, uma prática com alguma antiguidade.¹⁰

“Imitation is the best form of flattery – Charles C. Cotton “

Os que o legitimam, argumentam que é qualitativamente diferente da falsificação e da fabricação por não destorcer o conhecimento científico e por utilizar uma informação que está publicada e é, conseqüentemente, pertença do domínio público.

“Mas também algumas diferenças culturais emprestam diferentes perspectivas ao conceito de plágio- enquanto no Ocidente, este é considerado uma conduta ilegal e antiética, uma vez que o indivíduo exerce o direito de posse sobre as suas ideias, no Oriente, onde as ideias são consideradas posse da sociedade, este tipo de comportamento não é penalizado”.¹¹

Para lá desta argumentação e recorrendo à definição mais consensual de plágio (representação do trabalho de alguém como sendo seu, sem atribuir adequadamente a esse trabalho a respetiva origem), “este não pode deixar de ser considerado uma falha na ética profissional que deve ser denunciada sem reservas” como refere Robert N. Berk em editorial da AJR Am J Roentgenol.¹²

No sentido de tornar mais específico e mais atual este conceito, surgem algumas definições, nomeadamente a do Office of Research Integrity (ORI), que definiu plágio como sendo “furto

e apropriação indevida da propriedade intelectual, assim como uma cópia direta de outro autor, de tópicos, conceitos ou ideias assim como, a cópia exata de afirmações e parágrafos sobre ideias e/ou métodos que já tenham sido previamente publicados de um tal modo que os leitores sejam levados a acreditar que são originais. Estas falsas interpretações podem ser evitadas se os autores citarem corretamente os originais e providenciarem as referências de onde as ideias, conceitos, expressões ou conclusões, tenham sido retiradas.¹³ De acordo com a “ World Association of Medical Editors” “ a cópia de mais de 6 palavras consecutivas de uma outra publicação anterior, sem a respetiva citação bibliográfica, constitui plágio, 7 a 11 palavras são um conjunto de sobreposição de 30 letras.”¹⁰

Tipos de plágio

O plágio pode assumir várias formas distinguindo-se no Plágio textual ou literal¹⁰:

- a)** A forma direta com cópia completa ou parcial do texto, ficheiros de computador (áudio ou vídeos) sem o devido reconhecimento da fonte original¹⁰;
- b)** A forma “mosaico”, quando existe cópia ou empréstimo de algumas partes de uma ou várias fontes, modificando algumas palavras sem que haja uma adequada paráfrase ou uma citação direta¹⁰;
- c)** O Auto-plágio, com reutilização de material escrito pelo próprio e já publicado sem a respetiva citação ¹⁰; a reprovação deste comportamento é ambígua, mas o que prevalece é a sua reprovação, uma vez que, não só leva à criação de uma “ciência salami”, ¹³ como também é éticamente problemático, uma vez que, um trabalho publicado torna-se propriedade da literatura científica no verdadeiro sentido real.¹³ Para além destas formas de plágio existem outras noções que importa salientar para que este não sobrevenha, nomeadamente:

- Parafrapear corretamente significa reescrever as ideias da origem em palavras do próprio; não é suficiente modificar algumas palavras em certos momentos do texto; pelo contrário, devem apresentar-se as ideias de novo com palavras de sua autoria; surge como necessidade de suportar um determinado argumento do próprio, mas deve citar-se a origem da ideia;

- Texto entre aspas, sem citação é inquestionável que se está a mostrar que esse material não é propriedade de quem escreve, mas não fazer a respetiva citação direta imediatamente a seguir ao texto, é também e inequivocamente não dar o crédito da autoria.

Plágio de texto *versus* plágio de ideias – o que é mais grave

“It is better to fail in originality than to succeed in imitation”-
Herman Melville

Podemos afirmar que a intencionalidade colocada no plágio

de texto é a de enganar os leitores, constituindo uma ofensa séria.¹⁰

Isto é tanto mais verdade se nos referenciarmos às ciências humanas onde a natureza e a inovação do trabalho residem na redação do texto e respetiva eloquência.¹ No texto científico, pelo contrário, a exigência para com o autor não é tanto a presença destas duas últimas características, mas sim a evidência sólida no relato de factos através de métodos científicos universalmente aceites, ou seja, o conteúdo é mais importante do que a redação ou do que o próprio autor.¹⁴

O conceito da importância do conteúdo prende-se com um outro mais subtil no processo de toda a publicação académica – a originalidade do mesmo, esta sim, encarada como a referência fundamental.⁶

Krapez afirma que “a originalidade é indispensável para o processo de criação e inovação a todos os níveis, começando pela investigação científica,”¹⁵ defendendo a autora, o significado da palavra original como sendo: “o poder de originar inventividade; a capacidade de criar ou inovar; a capacidade de pensar independentemente e com criatividade”.¹⁵

Mas promover a originalidade no sentido de garantir a inexistência de plágio deve ser assumido a vários níveis: pelos autores que comunicam ideias, conhecimentos, competências, experiências através dos artigos científicos, pelas revistas académicas, enquanto facilitadoras de ideias inovadoras e pelos editores e revisores que asseguram a qualidade da escrita, promovendo para tal, o pensamento original dos autores.¹⁵

Inclusivamente, o nível de originalidade dum texto científico pode ser encarado como um dos possíveis indicadores do potencial transformador, dum artigo ou duma revista.¹⁵

Quem são então os autores que pretendem desvirtuar este processo, ao publicarem conhecimentos já incorporados na literatura, um processo que infringe os direitos morais do autor original, bem como os direitos de originalidade da reprodução e da publicação, ou seja cometem um crime de cidadania?

Ou quem são os outros autores que defendem “... se a originalidade dum artigo científico não está na redação, porque não poderá alguém inserir uma parte de uma frase bem escrita ou mesmo afirmações – não ideias – a partir dum artigo previamente publicado no seu manuscrito para melhor se expressar, não danificando a qualidade e a precisão das declarações?”¹⁴

Não obstante esta dualidade de posições,¹⁶ o que nos sugerem os números, é um aumento no reconhecimento e na incidência do plágio, especialmente nos últimos 20 anos.¹ Ramaswamy, numa pesquisa da palavra plágio na PubMed, apresenta uma ocorrência de 64,4% em 545 citações de plágio desde 1997 em diante, comparado com 28,3% no período entre 1987-1997 e 3,7% para a década anterior.¹⁵

Sem dúvida que não podemos ignorar o advento da internet e a publicação online, os quais facilitam a cópia, como um contributo importante para esta prevalência de plágio.¹⁷

O perfil de risco

Não parece ser um comportamento involuntário,¹⁸ mas também não se consegue estabelecer uma correlação com o gé-

nero, a origem do assunto ou a complexidade na frequência do plágio, como ficou demonstrado num estudo realizado entre estudantes croatas.¹⁷

Existe no entanto uma forte tendência para a ocorrência de plágio em autores provenientes de países cuja língua inglesa não é a original, constatação aliás consubstanciada pelo estudo apresentado no início desta perspetiva, por Fang *et al*¹ sugerindo uma combinação entre um mau controlo da língua e fatores culturais que minimizam o sentido de gravidade do plágio, que conduzem a políticas ineficazes na definição de fraude e plágio e que falham enquanto sistemas punitórios.¹

Que não restem dúvidas, no entanto, quanto ao facto de tal prática se observar igualmente em comunidades com níveis avançados de investigação, com definições destes comportamentos e com standards de punição.¹⁷

Detetar o plágio

Considerado difícil de detetar, é na sua maioria suspeitado por revisores com experiência e peritos num determinado campo da ciência.¹⁸

Este facto levou não só à criação de *guidelines* sobre plágio pelo COPE,¹⁸ como também à criação dum sistema eletrónico que considerasse a possibilidade de plágio, identificando parágrafos retirados de outras publicações, que identificasse frases com mais de 6 palavras consecutivas ou organizadas na mesma ordem, que reconhecesse a possibilidade de duplicação de artigo e artigos já publicados que não tivessem sido citados corretamente.¹³

Algumas dessas ferramentas eletrónicas estão categorizadas em dois tipos¹⁹ consoante servem para serem utilizadas pelo próprio autor para garantir que o texto que acaba de escrever não está plagiado e aquelas que fazem esse tipo de busca na Internet. As ferramentas de monitorização também podem ser divididas em:

a) Livre acesso, como por exemplo:

The Plagiarism Checker (www.dustball.com/cs/plagiarism.checker), CrossRefme (www.crossrefme.com/), eT-BLAST (<http://etest.vbi.vt.edu/etblast3/>)

b) Por subscrição, como por exemplo:

Turnitin (www.turnitin.com), Glatt Plagiarism Self-Detection Program (www.plagiarism.com/sel.detect.htm)

c) Descubridor de Plágio (www.M4-software.com/)

d) Programa anti-plágio que também permite listar as fontes e identificar artigos relacionados com o tópico- iParadigms mais conhecido por iTenticate

O compromisso dos autores relativamente a estes programas é o de aderir ao protocolo em reportar o plágio em artigos publicados e informar de imediato os editores da revista sobre o artigo:

Plágio, “Um crime sem vítimas?”¹⁵

Crime

Apesar das diferentes perspetivas sobre a resposta a esta questão e insistindo uns em legitimar o plágio, argumentando

para tal que o “impacto do plágio é um prejuízo meramente para o ego do autor de quem as ideias ou as palavras foram roubadas e não existirá um malefício real em utilizar a mesma informação uma vez que o trabalho já foi publicado”,³ outros investigadores e editores entendem que qualquer tipo de plágio é inaceitável¹⁶ e que o artigo deve ser rejeitado de imediato, assim como outras submissões do autor devem ser escrutinadas cautelosamente.¹⁶

Por exemplo o ORI “não encara o uso similar de afirmações ou frases, descrito, por exemplo, na secção dos métodos, uma violação séria da ética da publicação e muitos editores estarão de acordo com isto. Especialmente na secção dos métodos, podem existir partes de texto idênticas a um ou mais artigos descrevendo as mesmas técnicas de investigação”.¹⁶ Finalmente, há aqueles que acham que o plágio de texto, nos termos de má conduta em investigação, deve ser considerado um crime de menor gravidade em relação ao plágio de ideias.¹⁶

Vítimas

O impacto negativo do plágio, tal como para a falsificação e fabricação de resultados, pode numa primeira análise, conduzir a uma modificação dos níveis de evidência clínica com repercussões para a saúde dos doentes.

A um outro nível, pode ter repercussões morais, individuais, sociais e profissionais, as quais podem atingir a credibilidade do investigador no âmbito pessoal, profissional, culminando mesmo na perda do direito a exercer.¹¹

Responsabilidade

A responsabilidade dos autores, prende-se sobretudo na adesão a determinadas regras para evitar o plágio, nomeadamente¹⁰:

- Seguir as regras de citação de referências, reconhecendo ideias retiradas de conferências, discussões formais ou informais;

- Saber que as referências devem conter informação bibliográfica completa;

- Listar na bibliografia cada fonte de informação citada no texto;

- Utilizar as aspas se copiar de outrem, mais de 6 palavras consecutivas;

- Obter permissão de outros autores para reproduzir gráficos ou texto com direitos de autor;

- Se utilizar material anteriormente publicado pelo próprio, utilizar aspas e citação para evitar auto-plágio.

Os editores, por sua vez, têm a responsabilidade para com os leitores de proporcionar um ambiente regulado pela ética e pelas boas práticas nas publicações (apresentado muitas das vezes, como parte integrante das instruções aos autores); devem para tal recusar todas as publicações onde a integridade e a originalidade possam estar em causa, através de plágio intencional ou não.¹⁶

Não é de estranhar, portanto, o interesse de todas as partes associadas ao processo de publicação, em detetar casos de plágio, especialmente de texto, para que a responsabilidade de má conduta profissional não recaia sobre eles.¹⁵

Punição

O potencial prejuízo que uma retratação provoca, sobretudo na reputação de todos os envolvidos nesse processo, leva, por um lado, a que haja muitas vezes a relutância em apresentar uma acusação de plágio e, por outro lado, a que se tentem maneiras diferentes da retratação, na resolução do caso.¹⁶ É também evidente que a divulgação das retratações nem sempre é o suficiente para inibir o plágio.

“Quanto ao tipo de sanções, a maioria concorda com a exclusão do material plagiado da revista e uma identificação pública do autor para que os seus textos não sejam aceites no futuro”.¹³

Resta, no entanto, responder a: quais instituições podem intervir a nível nacional na aplicação dessas sanções? Se estas poderão ser aplicadas? e que tipo de proteção se dá a quem declara a infração?

Conclusões

Instituições académicas e científicas devem estabelecer programas de monitorização e de promoção das boas práticas na investigação e ao mesmo tempo criar um conjunto de políticas e princípios que regulamentem os desvios respeitantes à má conduta na investigação, à semelhança do que fez o Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra com a criação do Gabinete da Integridade e Rigor na Investigação e Publicação Científica (GIRIPC).

Para concluir, a fraude e particularmente o plágio, só podem ser evitados se existir a vontade de desenvolver integridade na investigação, o que passa por:

- Focar intensamente o problema da ética para os jovens investigadores de modo a adotarem a conduta de boa prática, o mais precocemente possível;
- Potenciar o ensino de regras na investigação, em que todos os elementos envolvidos nesse processo beneficiem desse treino. Esta prática permite enfatizar a aquisição da integridade em investigação, mais do que os princípios em como evitar a conduta de má prática;
- Encorajar os supervisores em investigação a serem um exemplo ético positivo e consequentemente encorajarem, quer estudantes, quer colegas mais jovens, a frequentarem cursos como parte integrante do desenvolvimento das suas carreiras;
- E por último, facilitar o trabalho dos autores e dos revisores com introdução de *checklists* e programas de deteção de plágio para uma produção orientada e balizada dentro do que se considera a boa prática na investigação.

Conflito de Interesses

A autora declara não existir conflito de interesses em relação ao trabalho efetuado.

Fontes de Financiamento

Não existiram fontes externas de financiamento para a realização deste artigo.

Correspondência

Helena Gomes dos Santos

hgsantos@netcabo.pt

Referências bibliográficas

1. Fanga FC, Steenc RG, Casadevall A. Misconduct accounts for the majority of retracted scientific publication Proc Natl Acad Sci U S A. 2012;109:17028-33.
2. Neema PK. Medical research: Is everything all right? J Anaesthesiol Clin Pharmacol. 2011 ; 27: 159–61.
3. Sarwar U, Nicolaou M. Fraud and deceit in medical research. Res Med Sci. 2012; 17: 1077–81.
4. Smith R. Research misconduct: the poisoning of the well. J R Soc Med. 2006;99: 232–7.
5. Fanelli D. How many scientists fabricate and falsify research? A Systematic review and meta-analysis of survey data. PLoS One. 2009;29;4:e5738.
6. Rojas S. Distinto, diferente o una critica del plágio. Rev Ingeniería. 2014;19:5-8.
7. Steen RG. Retractions in the scientific literature: do authors deliberately commit research fraud? J Med Ethics. 2011;37:113-7
8. Schekman R. How journals like Nature, Cell and Science are damaging science [consultado em 25 jan 2015] Disponível em : <http://www.theguardian.com/commentisfree/2013/dec/09/how-journals-nature-science-cell-damage-science>
9. Steneck NH. ORI Introduction to the Responsible Conduct of Research U. S. Washington: Dept. of Health and Humans Services, Office of Research Integrity;2007.
10. Masic I. Plagiarism in scientific publishing. Acta Inform Med. 2012; 20:208-13.
11. Sauthier M, Filho AJ, Matheus MP, Fonseca PM. Fraud and plagiarism in research and in science: reasons and repercussions. Rev Enfe Ref. 2011;III Série:47-55.
12. Berk RN. Is plagiarism ever insignificant? AJR Am J Roentgenol. 1991 Sep;157:614.
13. Aldrete JA . Plagiarism and Other Literary Missteps in Medicine and Particularly in Anesthesia. Rev Col Anest. 2011; 39: 217-229.
14. Habibzadeh F, Shashok K. Plagiarism in scientific writing: words or ideas? [consultado em 24 fev 2015] Disponível em: [http:// www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC3160704/](http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC3160704/)
15. Krapez K. The (un)originality of scientific papers- an analysis of professional quality standards.; International Conference 2013: Active Citizenship by Management, Knowledge Management and innovation, Knowledge and Learning. 19-21 June 2013, Zadar, Croatia.
16. Mason PR. Plagiarism in Scientific Publications. J Infect Dev Ctries. 2009; 3: 1-4.
17. Ramaswamy M. It is not just the work - It is also the words. Indian J Crit Care Med. 2007;11:169–72.
18. Sharma BB, Singh V. Ethics in writing: Learning to stay away from plagiarism and scientific misconduct. Lung India. 2011; 28: 148-50.
19. Shamin T. The latest developments in plagiarism detection in medical literature. Eur Sci Editing. 2012; 38: 56.